

# **O Movimento Estudantil na Transição à Democracia na Argentina: Estudo de Uma Organização na Universidade de Buenos Aires**

**Mario Toer (Instituto de Sociologia - UBA)  
Juan Carlos Gorlier (Centro de Estudos Avançados - UBA)**

## **Introdução**

O movimento estudantil tem sido um protagonista notório dos processos políticos em praticamente todas as latitudes. No caso da América Latina, e da Argentina em particular, resulta difícil encontrar acontecimentos políticos de importância em que o movimento estudantil não tenha tido alguma participação. Mas esta participação nem sempre teve a mesma envergadura ou a mesma significação. Embora a sua presença esteja geralmente associada ao questionamento de regimes e forças autoritárias, defendendo a realização da democracia ou propostas ainda mais radicalizadas de modelos de sociedade, nem sempre se manifesta de forma unívoca. Em certas circunstâncias históricas o movimento esteve, inclusive, profundamente dividido.

Os casos mais significativos podemos encontrar no final do governo Goulart no Brasil, quando uma parte dos estudantes apoiou os movimentos de desestabilização que precederam o golpe de 1964, embora os dirigentes de suas organizações representativas

se mantivessem fiéis ao regime democrático. Mais notória ainda foi a polarização ocorrida no Chile, no período prévio à derrubada de Salvador Allende em 1973. Não obstante estas exceções, se podemos encontrar um traço que caracterize na sua generalidade os movimentos estudantis, esse traço é o antiautoritarismo. Inclusive os setores a que aludimos, nos casos chileno e brasileiro, foram conquistados pela propaganda da oposição, acerca da ameaça autoritária que implicava o surgimento do "comunismo" - que tanto Goulart como Allende supostamente permitiriam.

Seja como for, o signo autoritário presente na história latino-americana é bem diferente disso, e é frente à variada gama de regimes ditatoriais de direita que o movimento estudantil latino-americano se tem manifestado, em difíceis e custosos enfrentamentos. Isto tudo serve para estabelecer, de início, que não supomos seja o movimento estudantil algo homogêneo. Sem dúvida encontra cabida entre os estudantes a diversidade de posições presente na sociedade - ainda que normalmente aquelas que se identificam com a manutenção de privilégios não costumem manifestar-se, e permanecem adormecidas até que os acontecimentos ameacem impor uma mudança significativa na situação vigente.

É também significativo distinguir o tipo de prática que caracteriza os movimentos estudantis em períodos de crise política (como no caso da transição que vamos estudar) dos momentos em que se estabelecem rotinas institucionais não autoritárias.

O tema em que se centra o nosso trabalho relaciona-se a uma situação específica. Estaremos ocupados no estudo da modalidade de recomposição do movimento estudantil, nas condições particulares da transição política na Argentina, desde a ditadura militar de 1976/1983 à reinstalação do Estado de Direito. Interessa-nos detectar as características desta recomposição prévia às eleições de 1983, após um período de repressão indiscriminada, que não deixou nenhuma possibilidade de sobrevivência às instâncias organizativas através das quais o movimento se manifestava. Vamos tratar de perceber a passagem do movimento às formas institucionalizadas, a partir de formas embrionárias, com o restabelecimento da ordem jurídica, e quando certas rotinas próprias desse funcionamento caracterizam as relações sociais. Para isso, examinaremos o caso da organização local de estudantes que logrou a vitória nas primeiras eleições, após seis anos de proscição.

A temática acerca da relação existente entre movimentos sociais e partidos políticos, que motivou a reflexão das Ciências Sociais em período recente, pode ser abordada em suas manifestações específicas no caso que trataremos aqui. Para poder estimar a importância desta relação, é necessário fazer uma recapitulação histórica, que permita visualizar as mudanças havidas nas relações entre o movimento estudantil e os partidos políticos na Argentina.

## I. O Movimento Estudantil Argentino (1918-1990)

### 1 O Movimento Estudantil Reformista

Como já afirmamos, a relação existente entre o movimento estudantil e os partidos políticos foi variando durante os distintos períodos da história argentina deste século. Quando, em 1918, se inicia na Universidade de Córdoba o movimento de Reforma Universitária, o regime oligárquico-conservador que havia consumado o processo de unificação do país sobre a base do modelo agroexportador, já tivera que conceder eleições livres que tornaram possível à União Cívica Radical (partido liberal reformista das classes médias) subir ao governo (1916).

Córdoba era então um dos lugares onde as antigas elites mantinham sob o mais férreo controle a vida cultural. Mas foi ali que se iniciou o movimento reformador que reclamou a liberdade de cátedra, a autonomia e a co-gestão da Universidade como bandeiras centrais, postulando, ainda, a vinculação entre a produção de conhecimentos e os movimentos libertários da sociedade. O governo Radical de Hipólito Irigoyen apóia a demanda estudantil, que se irradia pelas distintas universidades do país.

Desde então se origina esta pretensão, de manter a especificidade das organizações e do movimento estudantil, com independência dos partidos políticos, apesar de contar com a simpatia ou a militância de jovens Radicais, Socialistas e Comunistas. Considera-se que não apenas é necessário e pertinente que desde o movimento estudantil se estructure uma proposta de mudança no âmbito da universidade, mas também se supõe que os estudantes universitários podem transcender tais fronteiras e fazer ouvir sua voz no âmbito da sociedade global.

Seria importante assinalar, como uma característica do período, que na Argentina já existia no cenário político, um leque de partidos, que abarcava as opções possíveis. Isto é necessário ressaltar, já que em outros países, onde se registraram movimentos similares, em boa medida como eco do movimento originado em Córdoba, a debilidade das instituições políticas e da sociedade civil permitiram que tais movimentos passassem eles próprios a configurar-se como forças políticas, como partidos com uma proposta para toda a sociedade. O caso mais notável deste tipo foi a APRA, liderado por Haya de la Torre, no Peru, e também encontramos situações semelhantes em Cuba e na Venezuela.

Durante o período que vai do término do governo Radical, derrubado pelo golpe militar de 1930, e sucedido até 1943 por governos fraudulentos de origem conservadora, pretende-se retroceder nas transformações realizadas nas universidades, o que conduz

o movimento estudantil à oposição. Este continuará então apelando à sua identidade definida pela Reforma de 1918, o que conduziu à sua autodenominação de “reformista”, sem implicar com isto as conotações pejorativas que o termo supõe no jargão político.

O novo golpe militar de 1943, manifestando simpatias pelo Eixo nazi-fascista, e alentando uma política educacional e cultural francamente obscurantista, justificou ainda mais o posicionamento oposicionista do movimento estudantil. Esta oposição se mantém após a mudança imposta pelo General Perón à política argentina em 1945, a qual se cristaliza após as eleições de 1946, que o conduzem à presidência. Perón é visto pela aliança de partidos que perde as eleições, e também por parte do movimento estudantil que apóia a frente opositora, como expressão local das variantes corporativistas de índole fascista que se desenvolvem na Europa.

Até 1955, ano da deposição de Perón, o movimento estudantil se mantém unido sob os princípios da Reforma, em oposição ao regime peronista, e relegando qualquer outra diferença em seu interior. Tal oposição se faz ao regime em seu conjunto, e à política educacional peronista que negava a autonomia, o co-governo e a liberdade de cátedra - o que intensifica ainda mais o conflito.

Somente com as divergências que se produzem a partir de 1955 com relação ao papel da igreja na educação (legalização de universidades privadas até então inexistentes), é que surge um primeiro eixo divisório, e surge o “Humanismo” frente ao Reformismo (que mantém sua postura laica tradicional). Logo mais a identidade reformista também entrará em crise. Surge um setor de orientação liberal, que sustenta uma recusa visceral do peronismo, enquanto outro setor, que irá aos poucos se tornando majoritário, busca recompor uma relação com o movimento operário - e por isto se opõe à proscrição política do peronismo, já que isto significaria uma discriminação social, uma vez que é peronista a identidade política assumida pela maioria dos trabalhadores argentinos.

Esta divisão acerca do peronismo põe em crise a estrutura partidária argentina. Dividem-se os radicais (UCRP-Balbin e UCRI-Fronzizi), os socialistas (PSD-Ghioldi e PSA-Palacios), e o debate atravessa desde então toda a esquerda e a intelectualidade do país. Tanto os frondizistas como os seguidores de Palacios tentarão aproximar-se dos setores populares peronistas.

A crise política que se instaura na Argentina, ao final dos anos 50, já não deixa espaço para o discurso pensado a partir da universidade. O ideário da Reforma não chega para conter as alternativas possíveis. Os distintos partidos que coexistem no interior das organizações estudantis lutam por tornar hegemônicas as suas propostas e reclamam para si a continuidade do Reformismo. Por outro lado, surge a alternativa da revolução

cubana na América Latina, e são as correntes mais radicalizadas e com maior capacidade organizativa as que lideram o movimento estudantil.

O partido comunista e setores radicalizados provenientes do partido socialista constituem-se no início dos anos 60 na força que vertebra a maioria das organizações estudantis que se declaram herdeiras da Reforma. Outros setores de menor projeção encontram na UCR a sua referência na política nacional e constituem a sua expressão universitária: “Franja Morada” (nome que alude à cor com que se identificavam os reformistas de 1918, e cujo peso está presente em algumas universidades do interior). Por outro lado, faz-se mais notória a relação entre os Humanistas e a democracia cristã (partido de recente constituição).

Ao redor de 1956, após uma década de vigência dos princípios de autonomia e co-gestão universitária, as forças de esquerda nucleadas ao redor da juventude comunista conquistam a hegemonia na maioria das organizações reformistas e controlam a Federação Universitária Argentina.

O Humanismo e outras tendências similares mantêm posições significativas, e algumas variantes de cunho conservador têm certa presença, como no caso da Faculdade de Direito de Buenos Aires. Assistimos, então, a um período em que a polarização política superou a anterior pretensão de lograr um movimento estudantil unificado e distante dos partidos políticos.

De todo modo o espectro político estudantil não reflete então a relação de forças existente entre os partidos políticos no âmbito da sociedade global. Nesta, o peronismo continua sendo a força majoritária, apesar da proscricção legal a que foi submetido, sendo o seu peso no meio estudantil praticamente nulo. A UCR no governo (ao qual subiu em 1963, favorecida pela proscricção do peronismo) é a segunda força nacional, enquanto na universidade seu peso é minoritário. A esquerda, que não conseguiu restabelecer seu vínculo com o movimento operário, é francamente minoritária a nível nacional, apesar de sua ascendência no âmbito da cultura.

## **2 Da Radicalização ao Insurrecionalismo**

Em junho de 1966 ocorre o golpe militar que impõe um novo regime de força ao país até 1973. Precisamente o crescimento da esquerda e sua importância na universidade são um dos pretextos com que os golpistas buscam justificar-se. Dissolvem-se os partidos políticos e proibem-se também as organizações estudantis. A resistência na universidade é demorada e enfrenta dura repressão - sem chegar ainda aos extremos que logo se veriam em 1976. O movimento estudantil mantém suas organizações clandestinas e

sua resistência ao regime, mas somente em 1968 supera o seu isolamento, participando das manifestações populares massivas em várias cidades, com a participação da classe operária e outros setores da sociedade.

Ente período, que vai de 1966 a 1969, caracteriza-se pelo debate que perpassa as distintas organizações de esquerda e os grupos estudantis a elas ligadas. Novas tendências da juventude impõem-se às antigas direções partidárias, proclamando a defesa de diferentes modalidades de luta armada, como única forma de fazer frente a um regime que se proclamou detentor perpétuo do poder. Difunde-se entre os estudantes o parecer de que, estando cerrados todos os caminhos, a violência revolucionária passa a ser a única alternativa. Da radicalização produzida no primeiro quinquênio dos anos 60, chegamos agora ao primado do insurrecionalismo nas fileiras do movimento estudantil.

Mas nem todos interpretavam a insurreição da mesma maneira. Enquanto a FAUDI (fração estudantil da cisão do PC denominada Partido Comunista Revolucionário), que conta com a maioria da Federação Universitária Argentina até 1969, considera a insurreição como sublevação de massas, descartando a ação guerrilheira e privilegiando a atuação política, outras variantes iniciam perto de 1969/1970 ações armadas predominantemente urbanas (a Argentina conta com uma escassa população camponesa, similar a dos países da Europa ocidental), fazendo prevalecer a atuação militar. Estes grupos orientam-se pela experiência da revolução cubana, e consideram-se marxistas-leninistas (caso FAL e do PRT-ERP). A contribuição estudantil a todas estas organizações foi muito considerável.

### **3 Do Surgimento da Juventude Universitária Peronista ao Terror Ditatorial**

Em 1970 entraram em cena os Montoneros, uma agrupação guerrilheira que se declara peronista e proclama associar suas lutas a dos trabalhadores, com o objetivo de repatriar do exílio na Espanha o caudilho já ancião. Nessa ação, seqüestram e matam o General Aramburu, que ocupava a presidência no governo militar que derrubara Perón. Sua atuação espetacular e o estímulo que recebem ao início do próprio Perón, faz deste movimento uma alternativa que parece desenvolver-se rapidamente. Neste contexto surge a Juventude Peronista na universidade. Adotando um discurso radicalizado e apoiando a atuação dos Montoneros, a JP difunde-se entre amplos setores estudantis, com a visão de constituir-se num atalho para restaurar o vínculo com o movimento operário. Ficara para trás a lembrança dos traços autoritários do governo do General Perón e sua obscura política no âmbito da educação e da cultura, lembrança já perdida depois de quase duas décadas.

Em 1972/1973, com o governo militar em retrocesso e buscando uma saída, a Juventude Universitária Peronista (JUP) torna-se majoritária no movimento estudantil. Junto a ela se afirmam as agrupações de esquerda, que com distintas modalidades e ênfases aderem às teses insurrecionais. Também estão no cenário a “Franja Morada” e a corrente denominada Movimento Nacional Reformista, ligada ao socialismo - que, embora não apoiem posturas de caráter insurrecional, privilegiam a unidade de ação no enfrentamento ao regime militar.

A ocorrência de eleições em 1973 permite o retorno do peronismo ao governo, contando agora com esta ala juvenil radicalizada e vinculada em boa medida à universidade e ao âmbito da cultura. Mas logo se evidenciam as incompatibilidades entre o projeto destes setores, ligados aos Montoneros, e o projeto de unidade nacional, sustentado pelo velho caudilho.

Na sua morte, em 1974, desata-se um sangrento enfrentamento entre os dois setores do peronismo. A isto soma-se a atuação do PRT-ERP, que não cessara suas ações armadas. O terror imposto a partir do Estado pelos setores mais reacionários do peronismo (com os grupos paramilitares

conhecidos como AAA: Aliança Argentina Anticomunista) e a insatisfação operária com a política governamental são os elementos que também compõem um quadro de aguda crise política.

Neste marco ocorre a nova intervenção militar de 1976, que desata uma repressão selvagem, sem precedentes na história da Argentina: dezenas de milhares de mortos e desaparecidos, outros tantos presos, muitos mais exilados. A repressão não apenas se dirige contra aquelas organizações que mantinham um vínculo com agrupações armadas, mas também arremete contra tudo o que pudesse considerar-se progressista e, em particular, contra o que podemos denominar organizações de massas.

Neste contexto, o movimento estudantil, que já se encontrava ultrapassado pelas ocorrências dos anos 74/75, fica totalmente desmantelado e sem a menor possibilidade de oferecer qualquer resistência.

Assim, transcorre um quinquênio em que não se manifesta nenhuma atividade pública. Somente em inícios de 1982 começa a manifestar-se o descontentamento popular, através de greves e marchas de protesto. Depois do fracasso da tentativa do governo militar de recompor sua situação com a operação de guerra para recuperar as Malvinas, esse descontentamento se amplia e ganha definitivamente as ruas, concluindo por forçar à convocação de eleições.

## 4 O Ressurgimento do Movimento Estudantil

Neste processo de decomposição da ditadura militar, depois da derrota nas Malvinas, o movimento estudantil renascido soma-se aos protestos generalizados. Uma das primeiras tarefas que assume é a reorganização dos centros estudantis. Começam a constituir-se comissões com essa finalidade, em várias faculdades. Em princípio com dificuldades e temores, mas aos poucos ganhando representatividade, até que, ao final de 1982 e durante 1983, realizam-se eleições em quase todos os centros de estudantes, nas universidades do país. Surge daí uma correlação de forças notoriamente distinta da que havia antes, nos anos 70.

Em quase todo o país se impõe a expressão universitária da Juventude Radical: "Franja Morada", que recebe o apoio de cerca de 50% dos estudantes. Sua projeção realiza-se ao compasso do crescimento da candidatura de Raúl Alfonsín para a presidência do país. A plataforma da F.M. centrava-se na recuperação da universidade para os postulados da Reforma, defendendo a remoção de todas as manifestações da ditadura do meio universitário, enfatizando a demanda pela vigência dos direitos humanos e pela democratização do país.

A Juventude Universitária Intransigente surgiu, então, como segunda força, com cerca de 15% dos votos na Universidade de Buenos Aires. Trata-se do ramo juvenil da velha cisão da UCR, o Partido Intransigente, que se situa à esquerda da mesma, por enfatizar ainda mais a temática dos direitos humanos, e vincular a restauração democrática a bandeiras anti-imperialistas.

Há expressões também de menor penetração, vinculadas ao peronismo, e agrupamentos que se proclamam independentes e apolíticos, e que congregam geralmente o voto mais próximo à direita liberal ou conservadora. Por último, as expressões da esquerda que se mantiveram isoladas das ações armadas, a Juventude Comunista e a corrente trotsquista vinculada ao Partido Socialista dos Trabalhadores (que mudará seu nome para Movimento ao Socialismo - MAS -) chegam, entre as duas, ao redor de 6% dos votos.

O triunfo da UCR nas eleições nacionais de 1983 evidenciou (num resultado que surpreendeu a muitos, pois se supunha que o peronismo voltaria a vencer) que os resultados das eleições estudantis antecipavam o desenlace político em âmbito nacional (tal como na década anterior).

É possível concluir dizendo, então, que algo novo ocorre nestas duas últimas décadas: no contexto do acesso massivo e crescente às universidades, a gama de expressões políticas na universidade já não é muito diferente da que se manifesta em

âmbito nacional. Os estudantes universitários apareciam, assim, como uma manifestação mais próxima dos setores sociais de sua origem, sem acrescentar-lhes elementos de significado diferente.

Isto é possível sustentar, pelo menos até certo ponto e sobretudo quando em comparação com os anos 60. É verdade que continuam existindo diferenças, na medida que o peso da esquerda é proporcionalmente maior entre os estudantes, ainda que haja diminuído o seu peso relativo, pois a derrota dos projetos insurreccionais deixou uma marca profunda.

Mas resulta ainda mais significativo o acentuado retrocesso do apoio ao peronismo que, sem dúvida, diminuiu também sua penetração entre as classes médias e os setores da intelectualidade, em comparação com 1973. O trágico beco sem saída em que caiu a continuação da luta armada pelos Montoneros e a sangrenta disputa no interior do peronismo foram os antecedentes que hoje permitem situar aspectos significativos da sensibilidade dos estudantes. Outro elemento é, sem dúvida, o terror sem precedentes instaurado pela ditadura, em 1976. Na atualidade os traços mais substantivos do perfil político cultural dos estudantes sublinham a repulsa a que tais fatos se possam repetir.

Vemos, então, que o movimento estudantil não mais conserva distância frente ao cenário constituído pelos partidos, mas que, ao contrário, concebe que a única maneira de influir na vida social é através de uma articulação com eles - em contraste com os tempos em que o movimento estudantil reformista avaliava que suas posturas influiriam por si mesmas no cenário político nacional.

Pensamos que isto é um resultado que merece comparação com outras experiências, outros supostos e outros movimentos sociais. No caso da Argentina, como vimos, este foi um processo de mudança gradual de orientação, até que ocorre na atualidade esta relação íntima entre organizações estudantis e partidos políticos. Assim ocorre hoje, ainda que os sinais de deterioração dos partidos frente a seus representantes sejam notórios na sociedade global, e também estejam presentes entre os estudantes. Algumas correntes novas, como no caso dos "Companheiros de Base", com influência nas faculdades de Ciências Sociais, Filosofia e Letras, buscam situar-se nesse nível, compondo alianças com as frentes de esquerda (mesmo quando carecem de referências partidárias em âmbito nacional).

Podemos supor, então, que, acentuando-se essa crise de representatividade, as novas variantes que emergem entre os estudantes, tratarão de buscar às novas organizações em ascensão em âmbito nacional.

Passados seis anos desde 1983, e havendo-se cumprido uma gestão presidencial sem

intervenções militares vitoriosas ( o que não acontecia desde o primeiro governo do General Perón, em 1946-1952), podemos afirmar que a transição política culmina em um regime institucional estável, apesar das variações do processo. Neste transcurso, o movimento estudantil manifesta um panorama de algumas continuidades e diferenças.

Em novembro e dezembro de 1989 houve eleições nas universidades, para eleger a representação dos estudantes ao governo tripartido e renovar as diretorias dos centros estudantis. No caso da universidade de Buenos Aires, a maior do país, contando com 200 mil estudantes, e que estamos estudando aqui, a agrupação "Franja Morada", braço estudantil da União Cívica Radical (agora na oposição), voltou a vencer, ratificando a supremacia que mantém desde 1983. Os radicais universitários, apesar de haverem sofrido nestes anos a deterioração inerente à sua posição oficialista frente ao governo (o qual não logrou superar em muitos aspectos a difícil situação econômica, retrocedeu face às pressões dos militares e dos grandes grupos econômicos - depois de haver alentado auspiciosas iniciativas no terreno dos direitos humanos), recebe agora o reconhecimento de sua presença, que conta entre seus méritos substantivos a normalização da gestão universitária conforme os postulados da Reforma.

Nas eleições de 1989 o programa de "Franja Morada" centrou-se na defesa da autonomia universitária, que vimos ser uma das bandeiras centrais da tradição do movimento reformista universitário desde 1918. Esta nova ênfase responde à incerteza, produzida por uma certa ambigüidade sobre o tema, por parte da ala peronista representada pelo presidente Carlos Ménem, recém eleito.

O outro aspecto preponderante que diferencia esta plataforma da de 1983 é a maior incidência de todos aqueles aspectos que denominamos de caráter sindical (por falta de melhor termo), e que em muitas faculdades relegam a um claro segundo plano o explicitamente político. Isto ocorre em contraste com a situação de 1983, quando a profunda transformação de índole institucional tornava particularmente visível a problemática política.

O que mudou em 1989 foi que, em certa medida, já se dá por contada a vigência da institucionalidade democrática, e agora os distintos setores da sociedade pugnam por seus interesses mais específicos. É neste contexto e no marco de uma aguda crise econômica que o peronismo utiliza seus antigos vínculos com o movimento sindical dos trabalhadores para expressar tal insatisfação e conduzir Carlos Menem à presidência.

No âmbito universitário ocorre uma polarização diferente, definida agora ao redor do discurso privativista, apontado como alternativa para sair da crise; discurso que conseguiu ascendência nas camadas médias de onde provêm majoritariamente os estudantes. Portanto, produz-se uma polarização ente "Franja Morada" e a corrente

liberal-conservadora denominada União para a Abertura Universitária (UPAU), que no contexto nacional se orienta pela denominada União do Centro Democrático. Esta força que se constituiu em 1984, veio crescendo gradualmente nos últimos três anos, até alcançar cerca de um terço dos votos estudantis. (Na cidade de Buenos Aires a UCEDE obtêm 22% dos votos para a assembléia, nas eleições de 1989, que, somados aos de outras tendências de centro-direita, alcançam 30%. Este peso das alternativas de centro-direita em Buenos Aires é atípico; no conjunto do país seu eleitorado não passa da metade.) Novamente aqui, circunscritos à esfera de influência da universidade, os resultados das eleições estudantis antecipam em grande parte o peso das alternativas que se apresentam no âmbito da sociedade em geral.

O peronismo mantém o seu eleitorado ao redor de 10%, apesar de haver-se coligado com a outrora influente JUI, que viu decair tal influência significativamente. Apesar de que prima na ala estudantil do peronismo o setor "renovador" que se opõe a Menem, o triunfo deste último na convocação nacional do partido agudiza a insatisfação e a fragmentação dos Intransigentes face ao controvertido apoio ao peronismo.

Por seu lado, as expressões de esquerda organizadas na Esquerda Unida em âmbito nacional (PC, MAS e outros) somam, na universidade, 7% dos votos (no país todo, seu voto nacional foi inferior a 3%).

Vemos, assim, como foram se sucedendo as hegemonias de distintas tendências estudantis no correr do tempo, conforme as diferentes conjunturas políticas que atravessou o país. Vimos como a partidarização e a radicalização se expandiram nos anos 60 e como isso desembocou no insurrecionalismo anterior ao golpe militar de 1966, que fecha o cenário político. Vimos também como a tendência insurrecional não logra conjugar-se com as fórmulas políticas que surgem na abertura política de 1973, e termina por isolar-se.

Veremos, agora, como o imaginário estudantil recompõe-se sobre novas bases, hierarquizando o posicionamento democrático após o terrorismo ditatorial de 1976-1983. A análise estará centrada no caso do surgimento da organização "Franja Morada" na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, ambiente em que o radicalismo carecia até então de presença, pois era um tradicional bastião da esquerda e do peronismo radicalizados. Veremos aí, de modo mais pormenorizado, como se geram alguns traços desse novo perfil dos estudantes: o traço democrático que, sem dúvida, foi o dominante nos anos que se seguiram e que parece deverá prevalecer também daqui em diante.

## II. Ativismo Estudantil durante a Ditadura

Vamos centrar atenção sobre um grupo de estudantes da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, que começaram a organizar-se durante a ditadura

militar. Cremos que vale a pena tentar uma espécie de micro estudo, focalizado num grupo específico, durante um período curto mas muito intenso. Esse tipo de estudo pode ajudar a recolocar certas visões da transição à democracia que tendem a limitar-se à análise dos atores tradicionais (militares, partidos, sindicatos, burguesias, igrejas) e que concebem estes processos de transição como se ocorressem em um só espaço ou dimensão, o da "política" no sentido mais restrito.

Se ao contrário, prestamos atenção a realidades mais locais e a outros atores, podemos discernir certas dimensões da transição que costumam passar despercebidas. Começando pelo fato de que, como mostra nosso estudo, ainda em condições muito adversas, quando tudo parecia "congelado" e quando dificilmente os analistas políticos podiam detectar uma "transição" em curso, alguns grupos estavam ativos, resistindo ao terror e à atomização impostos pelo regime autoritário, e forjando formas de organização e ação orientadas à democratização de múltiplos espaços sociais.

Estamos convencidos de que algumas destas questões só se podem estudar quando se alcança um certo grau de desagregação. Mas isto levanta imediatamente o problema da representatividade do grupo escolhido. Concretamente, por que escolhemos este grupo que em 1982 constituiu-se como "Franja Morada" na Faculdade de Filosofia e Letras, e que ganhou as eleições do centro estudantil no ano seguinte? O grupo selecionado está longe de ser atípico. Entre 1983 e 1985 a maioria dos centros de estudantes passaram a ser liderados por agrupações estudantis pertencentes à "Franja Morada". Contudo, ainda se poderia perguntar por que a Faculdade de Filosofia e Letras? Porque esta foi uma das faculdades mais perseguidas pela repressão, onde as estruturas e as formas de organização dos grupos estudantis viram-se literalmente desmanteladas. Resulta, pois, importante indagar como se recuperaram as tradições e como se foram perfilando os novos traços que haveriam de caracterizar esse período<sup>(1)</sup>.

## 1 A Formação do Grupo

No começo de 1980, quando o grupo que vamos considerar, estava começando a formar-se, a universidade estava ainda sob intervenção. Em Filosofia e Letras havia um professor de Letras que ocupava o Decanato e que havia substituído um oficial da Marinha que estivera encarregado da faculdade desde 1976. Predominava uma atmosfera de repressão e vigilância. Policiais uniformizados guardavam a porta de entrada, pedindo, às vezes, documentos de identidade, revistando as pastas, maletas e até os bolsos dos estudantes. Sabia-se da presença de agentes dos vários serviços secretos que se faziam passar por estudantes, para detectar possíveis focos de dissidência ou ativismo clandestino. Predominavam, no âmbito acadêmico, os professores reacionários e, ainda que não houvesse uma "lista oficial" de leituras e autores proibidos, os estudantes sabiam que "havia temas e questões que não se podiam discutir em aula" (Mariela).

Apesar destas condições muito adversas, alguns grupos começam a organizar-se com vistas a formar comissões para a reabertura dos centros estudantis. Com este objetivo, reuniram-se cerca de vinte estudantes, fora da faculdade, em fins de 1980. Havia um grupo vinculado ao Partido Comunista - Movimento de Orientação Reformista (MOR) -; outros grupos identificados com o Trotskismo - alguns dos quais formaram posteriormente a União da Juventude Socialista (UJS) -; vários estudantes que haviam militado no Peronismo de esquerda - uma das organizações que sofreu a repressão mais dura entre 1975-78 como Juventude Universitária Peronista "Regionales" (JUP Regionales) e que recém começavam a reagrupar-se nessa reunião; por último, havia vários estudantes que não tinham filiação política. Os últimos, pertencentes ao grupo que analisaremos, conheciam-se por cursar matérias juntos, e havia alguns que tinham cursado a mesma escola secundária.

Este grupo carecia de militância prévia e era unido por uma preocupação um tanto difusa pelas questões políticas. Não é casual, então, que fossem vistos pelos demais como o "grupo dos adolescentes", por sua falta de experiência; além disso, eram considerados como potencialmente "cooptáveis" (entrevistas a Mariela e Enrique). Suas idades oscilavam então entre os 19 e os 21 anos, e haviam entrado na universidade dois ou três anos antes.

A partir dessa primeira reunião, e depois de perceber as correntes políticas que predominavam, estes estudantes reafirmaram, em oposição e contraste, "sua identidade como independentes" (Mariela). Nessa época, alguns dirigentes do Partido Radical que haviam militado na "Franja Morada" e que tomaram conhecimento dessa reunião, aproximaram-se do grupo com a idéia de incorporá-lo: "Chegaram a organizar para nós um seminário sobre a Reforma de 18, com a presença de líderes que logo depois, no governo de Alfonsín, tiveram muita notoriedade" (Mariela).

## 2 A Preocupação com a Autonomia

Na reunião secreta inicial de fins de 1980 já apareciam dois projetos relativamente diferenciados sobre o modo de organizar o Centro de Estudantes, um liderado pelo grupo Comunista e outro pelo grupo Trotskista. Esses projetos entraram em conflito aberto na primeira assembléia que se realizou formal e publicamente na faculdade, dois anos depois (outubro de 1982, quando a ditadura já estava em crise), após mais de seis anos de proscricão da política estudantil.

Pouco após a primeira reunião, o grupo começou a encontrar-se semanalmente nas casas de alguns membros e, ocasionalmente, num local emprestado por certos líderes Radicais. Um dos objetivos dessas reuniões era constituir um grupo alternativo aos existentes. Em geral, estes estudantes resistiam a adotar uma clara identificação político-partidária: "Um dos sintomas é que carecíamos de um nome. Não podíamos adotar um nome que nos identificasse e, ao mesmo tempo, salvaguardasse a nossa independência. Alguns pensavam que 'Reformistas' seria uma boa denominação, mas a referência à Reforma de 1918 não era suficiente, queríamos algo mais. Outros pensavam que 'Reformistas de Esquerda' seria melhor, mas não conseguimos chegar a um acordo. Nos resultava muito difícil definir-nos sem excluir automaticamente alguns membros" (Mariela).

Mesmo assim, o grupo manteve contatos com os outros grupos presentes na reunião inicial, e participou com eles de algumas atividades político-culturais em clubes de bairro; estas atividades se realizavam sob a fachada de bailes juvenis, jantares e recitais. Durante este período estes grupos participaram de uma campanha de assinaturas contra o pagamento de matrículas na universidade.

Durante estes meses o grupo avaliou as condições políticas a nível nacional e, como muitos outros grupos, pensou detectar os sinais de uma possível abertura: "Víamos que começava a criar-se um problema de sucessão no âmbito da ditadura, que se iniciavam contatos entre políticos e militares, que gradualmente se abriam condições para a transição à democracia, e que devíamos começar a agir nas faculdades" (Leandro). No entanto, o grupo não consegue consolidar-se, e alguns participantes começam a considerar a possibilidade de unir-se a um dos outros grupos presentes na reunião de fins de 1980.

Até o começo de 1982 a vida deste grupo esteve caracterizada por um impasse considerável, com claras tendências à dissolução. As reuniões se faziam cada vez mais esporadicamente e terminaram por interromper-se. Retrospectivamente, os entrevistados interpretam isto como uma indicação das dificuldades de um grupo de estudantes jovens, sem experiência prévia, para conseguir avançar numa perspectiva independente

- frente a grupos que tinham propostas, discursos e modos de organização muito mais estruturados: “Quase todos éramos muito zelosos de nossa independência; além disso, o grupo era muito heterogêneo, com gente que tinha distintas motivações e diferentes posturas em relação às propostas dos partidos políticos. Isto tornava muito mais difícil a elaboração de uma proposta alternativa. E isto, por sua vez, explica por que alguns terminaram militando em outras agrupações estudantis. A tudo isto somava-se nossa falta de experiência, falta de recursos materiais e ausência de objetivos claros” (Mariela).

### 3 A Ressurreição do Ativismo

No começo de 1982 mudaram as autoridades de Filosofia e Letras. Começa a predominar uma corrente que trata de reacomodar-se às novas condições nacionais. É uma corrente vinculada com o projeto político do “Desenvolvimentismo”, e que se identifica com uma postura científica, em contraste com a corrente “Humanista” conservadora, associada ao projeto nacionalista de direita que havia predominado até então, e que representava o “establishment” da faculdade.

Estas novas autoridades começam também a preparar-se para uma possível abertura política. A secretaria de assuntos estudantis passa a estimular, na faculdade, a formação de agrupações estudantis independentes dos partidos políticos.

Mas em abril de 1982 a aventura das Malvinas introduziu uma dinâmica nova e completamente imprevisível, que deitou por terra tanto o projeto continuísta da ditadura como os projetos de transição que se gestavam entre outros setores. Como relata uma dos entrevistados: “Durante a ‘gesta’ das Malvinas houve um clima de grande mobilização na faculdade. Grupos que haviam estado se organizando subterraneamente saíram à superfície. Muitos pensavam que havia que aproveitar de qualquer maneira essa efervescência. A esquerda pretendia separar a guerra, como guerra anti-imperialista, do governo repressor que a havia declarado” (Leandro).

Em contraste com alguns grupos estudantis de esquerda que tentaram “apropriar-se” do sentido da guerra, o grupo que nos ocupa permaneceu na expectativa e aparentemente opinava internamente que a guerra estava indissolivelmente ligada ao projeto ditatorial, sendo, ademais “impossível ganhá-la” (Mariela).

Após a derrota e rendição de princípios de julho de 1982, o governo militar começou a retroceder de modo muito rápido e visível. Mas as autoridades de Filosofia e Letras não estavam dispostas a ceder espaços e tentam condicionar uma transição que lhes

garanta a manutenção de certos privilégios de poder, tanto nas cátedras como no decanato e nos postos mais altos da administração. É certo, porém, que estas autoridades já não podiam impor as condições, como faziam em anos anteriores. Por isso tentaram diferenciar-se da ditadura, ensaiando uma estratégia de alianças com grupos identificados com a direita Peronista, preparando-se, assim, para sobreviver da melhor maneira possível à mudança de regime. A oposição organizada, a partir de distintas agrupações estudantis, unidas a um punhado de professores progressistas, foi decisiva para impedir essa tentativa de continuidade.

#### 4 A Relação com o Partido Radical

Logo após a rendição nas Malvinas, no grupo que estamos estudando começou a recolocar-se o problema das relações com um partido político. Já em março de 1982 vários líderes Radicais tornam a estabelecer contatos com membros do grupo, que então estava à beira da dissolução. Estes líderes reiniciam tentativas de abrir novos espaços de ativismo em diferentes faculdades, buscando recriar as formas organizativas que caracterizaram a "Franja Morada" durante o período anterior ao regime militar. Mas defrontavam-se com sérios problemas. Na Faculdade de Filosofia e Letras já não havia mais estudantes que tivessem pertencido antes a essa agrupação estudantil. Havia, então, que começar de zero, contatando estudantes que estivessem dispostos a reorganizar "Franja Morada", levando-os para atividades de formação externa à universidade, em reuniões com dirigentes radicais, familiarizados com a dinâmica da militância universitária. E foi isso precisamente o que fizeram.

Este processo se prolongou por vários meses, entre abril e setembro de 1982 aproximadamente. Um lapso de tempo relativamente breve, mas extraordinariamente intenso, devido ao ritmo frenético da transição política argentina nesse período, que vai das Malvinas às eleições nacionais (julho a outubro de 1983).

Convém recordar que em 1980 o grupo havia manifestado certa resistência às formas de vinculação orgânica com partidos políticos - pelo menos no estilo representado pelas relações dos grupos estudantis com o Partido Comunista, o Trotskismo e o Peronismo de esquerda. Havia então esse antecedente: "Em 1982, quando começamos a organizar-nos de novo, o grupo era relativamente aberto, com gente que entrava e saía. Éramos cerca de dez membros, e a heterogeneidade de motivações e pontos de vista seguia presente. Alguns queriam militar, outros tinham interesse em participar sem definição partidária e queriam gerar um espaço próprio na faculdade" (Mariela). Mas os tempos eram outros, e o grau de politização na universidade crescia continuamente.

Alguns membros, especialmente os dois que mais claramente sobressaíam como líderes do grupo, estavam decididos sobre a conveniência de assumir uma militância partidária, e tendiam a identificar-se com “a corrente liderada por Alfonsín, dentro da União Cívica Radical” (Leonardo). Outros tinham outras opções partidárias, geralmente situadas mais à esquerda. Havia também membros que estavam no grupo por motivações mais ligadas ao âmbito cultural-literário que político. Em agosto entraram no grupo três estudantes claramente identificados com o Radicalismo. Foram eles que, somados aos dois líderes que mencionamos, aceleraram a definição partidária do grupo. Por fim, em setembro, sem lograr um completo consenso interno, o grupo decide formar “Franja Morada” em Filosofia e Letras.

Parece que a maior influência que levou o grupo ao Radicalismo foi o conteúdo da proposta política que Raúl Alfonsín começava a lançar dentro do partido, e que também se divulgava junto à sociedade - e que por seu caráter mais progressista contrastava com as propostas da liderança tradicional do partido. Mas houve também outras influências: “O partido nos garantia experiência e contatos no caso de algum dos nossos ser preso. Isto legitimava a relação com o partido incluso para aqueles que não se identificavam com o Radicalismo. Além disso, se achava que uma coisa era a “Franja” e outra o partido, que se podia estar na primeira sem estar no partido” (Mariela). Outro entrevistado também aludiu a certa garantia de segurança que a estrutura partidária podia oferecer: “Eu tinha medo, pessoalmente. Temia que uma vez conhecidos com a publicação da revista, sofrêssemos represálias. Pensava que podíamos necessitar assessoria, advogados, algo que um partido político como o Radical poderia oferecer” (Leandro).

De fato, durante esse tempo o grupo havia começado a trabalhar na redação de uma revista, *Espejos*, de que foram publicados dois números, em agosto e outubro de 1982. A revista é um bom indicador tanto da diversidade de motivos que tinham os membros do grupo como da rapidez do processo ao assumir sua nova identidade, como agrupação estudantil com participação partidária. No primeiro número da revista se apresentavam dizendo: “A obrigação dos universitários para com o resto do país é não apenas estudar, frequentar aulas, passar nos exames, mas também fazer o possível para melhorar a universidade. Nossa revista tenta contribuir neste sentido: como órgão de expressão e comunicação entre estudantes, docentes e graduados, esperamos que ajude a que a universidade deixe de ser uma soma de indivíduos isolados, para converter-se num universo de relações, que permita um amplo desenvolvimento das ciências, mediante o debate e o exercício do espírito crítico” (*Espejo*, agosto de 1982, p.2). Neste número, como no seguinte, incluíam-se poesias, contos, entrevistas etc.

Mas o segundo número, dois meses mais tarde, apresenta propostas básicas mais articuladas e reveladoras da influência do discurso reformista da “Franja Morada”. De

fato, o grupo identifica-se explicitamente com esta agrupação estudantil: “Espejos é uma alternativa ampla, onde ocorre o intercâmbio de idéias e o livre debate. Queremos uma universidade autônoma, cogestionária, aberta e gratuita, com professores admitidos em concursos públicos e

competitivos, com liberdade de cátedra e expressão. Para que isto seja possível, a universidade deverá funcionar em um país democrático, sob vigência da Constituição Nacional, das liberdades públicas e dos direitos humanos. É por esta razão que coincidimos com a proposta de “Franja Morada” para a universidade. Contudo, é necessário aclarar que muitos de nós não pertencemos a esta agrupação, embora coincidamos com suas linhas gerais, sendo estudantes preocupados com nossa universidade e com nosso país” (Espejos, outubro de 1982, p.19).

## 5 O Primeiro Fracionamento

Para a vida interna do grupo esta decisão de relacionarem-se organicamente com um partido político (que, como vimos, desde o início foi controvertida) conduziu a uma séria divisão. A declaração acima demonstra que havia membros do grupo que ainda não participavam de “Franja Morada”, enquanto outros participavam de reuniões da organização em âmbito regional, discutindo ali questões táticas e estratégicas: “O resto do grupo sabia que L. e L. tinham reuniões com gente do partido e com outros grupos da “Franja” dentro da universidade, mas não sabíamos o que debatiam nessas reuniões” (Mariela). Nestas circunstâncias vários membros abandonaram o grupo, seja porque consideravam que o grupo deveria seguir sendo independente, ou porque tinham adotado outras identidades partidárias .

## 6 Participação na Primeira Assembléia Pública

Realizou-se em 10 de outubro de 1982 a primeira assembléia estudantil pública da Faculdade de Filosofia e Letras, após mais de seis anos de censura e proibição. A assistência foi de aproximadamente 800 estudantes. A assembléia tinha por objetivo decidir o procedimento e os prazos para a reabertura do Centro de Estudantes (equivalente ao Diretório Acadêmico no Brasil). O eixo do debate centrou-se na data das eleições: “de um lado estavam as agrupações que queriam acelerar ao máximo o processo, convocando eleições nesse mesmo ano: esta era a posição dos trotskistas, que confiavam na sua maior capacidade organizativa. De outro estavam os que queriam as eleições para o ano próximo, confiando que durante esse prazo conseguiriam uma maior capacidade organizativa. Esta postura era liderada pelos comunistas e por nós próprios” (Leandro). Para o grupo da “Franja Morada” esta assembléia foi seu verdadeiro

“batizado” na militância: “Era nossa primeira assembléia pública. Não sabíamos como se devia trabalhar com as inscrições para falar. Conseguimos pronunciar-nos uma só vez. Os trotskistas falaram oito vezes, pois tinham mais prática com isso. Os comunistas também. Finalmente, foi decidido adiar as eleições para 1983, por uma diferença bem pequena, de 350 contra 300 votos” (Leandro).

Tanto na universidade como no resto do país esses meses foram muito efervescentes. Na Faculdade de Filosofia e Letras criaram-se comissões estudantis por curso, e formou-se depois uma comissão geral que organizou o marco da campanha eleitoral. Foi criada uma comissão eleitoral em junho de 1983, já próximo da eleição. Nas eleições participaram umas dez agrupações diferentes.

## 7 As duas Campanhas

É importante examinar alguns aspectos da atividade realizada por “Franja Morada” entre outubro de 1982 e junho de 1983. Desde setembro o grupo começou a atuar organicamente unido ao conjunto da “Franja Morada” da Universidade de Buenos Aires e ao interior da Juventude Radical. Durante estes meses a campanha para as eleições do Centro Estudantil coincidiu com a campanha para as eleições

nacionais (outubro de 1983). O grupo participou muito ativamente das duas campanhas: “A ‘Franja’, diferentemente de outras organizações estudantis, tinha uma proposta bem elaborada para a universidade, aprofundando a tradição reformista. Além disso, os estudantes nos procuravam porque em nossa campanha usávamos as propostas e bandeiras de Alfonsín. Fizemos a nossa campanha para as eleições do Centro com panfletos que reproduziam a foto de Alfonsín” (Leonardo).

O grupo participava também das mobilizações e atos partidários que se realizavam publicamente na cidade e nos arredores. Isto por sua vez reforçava ainda mais a identidade Radical “alfonsinista” do grupo: “Lembro da mobilização partidária de 16 de dezembro de 1982. A coluna Radical desfilava com muita gente mas com poucas bandeiras: não havia dinheiro nem gente que soubesse fazer bandeiras. Eu, que recém começava a participar, recebi um distintivo de segurança, e fui convertido a uma posição organizativa sem que tivesse a menor experiência disso. E ocorreu o mesmo com outros cinquenta estudantes e membros da juventude. A capacidade de mobilização do partido se sustentava muito no ativismo da juventude. Houve uma decisão da liderança alfonsinista e, em particular da Juventude Radical, de dedicar atenção especial à filiação e organização dos jovens. E o nosso grupo, à medida em que começou a participar da campanha de Alfonsín, passou a identificar-se cada vez mais com ele. Isto num período em que, internamente, o nosso grau de organização era ainda muito precário” (Leandro).

## 8 A Direção do Centro de Estudantes

Pouco depois o grupo vence as eleições para a diretoria do Centro de Estudantes, numa disputa muito apertada, em que conquistou 706 votos contra 675 da Juventude Universitária Peronista. Tais eleições nos centros estudantis estavam sendo realizadas desde finais de 1982, e eram muito intensas, pois tinham um considerável efeito demonstrativo: “Eram os únicos lugares onde havia eleições; havia muitas organizações estudantis, principalmente de esquerda que não tinham possibilidades de vencer, nem nos sindicatos nem nas eleições nacionais, e que, por isso, apostavam tudo nas eleições universitárias” (Leandro).

Nos meses seguintes apareceram novos problemas, entre eles, outra fratura interna do grupo. Vários membros que estavam insatisfeitos com a atuação do grupo decidiram abandoná-lo. De fato, comparando as formas de ação e organização do grupo nos seus inícios com a dinâmica, as atividades e os desafios que tiveram que enfrentar em 1983-1984, tais crises internas não são surpreendentes. É compreensível que vários estudantes percebessem que, sob as novas condições de abertura política, o grupo já era insuficiente para eles face à forte politização que se vivia na época.

Além disso, a partir da liderança do Centro, um dos líderes descobre que uma coisa é vencer as eleições e outra diferente conseguir controlar suas atividades: “Tinha havido uma luta muito grande com os Peronistas durante a campanha, que ganhamos por pequena diferença, dividindo com isso a base estudantil do centro. Na diretoria, tínhamos apenas a Presidência e duas secretarias, entre os dez cargos de direção. Quando chegávamos a algum acordo, era porque os comunistas facilitavam a negociação entre nós e os Peronistas. Mas o Centro só sabia funcionar como oposição e nós éramos oficialistas” (Leandro).

O grupo que antes havia sido “basista” alcançara agora um grau muito forte de institucionalização, e as posições de liderança ficaram solidificadas. Isto se deveu, entre outras razões, à complexa trama de relações entre as distintas agrupações da “Franja” no âmbito regional. O certo é que os líderes do grupo tinham que trabalhar intensamente para conquistar espaços ao nível regional do partido. Neste, em princípio, os delegados têm um peso proporcional à importância da faculdade que representam e ao peso da “Franja” nessa faculdade. A Faculdade de Filosofia e Letras não estava entre as mais importantes (pelo baixo número de alunos, em termos relativos às demais): “Na Regional tínhamos que atuar com muita destreza e durante algum tempo nos saímos bastante bem, tendo em vista que a correlação de forças nos dava um espaço que não correspondia ao peso que tínhamos na faculdade, mas que obedecia à nossa capacidade de jogo político dentro da Regional” (Leonardo).

Contudo, embora estes líderes tenham ampliado durante esse tempo seu espaço de influência, tanto no partido como nos principais órgãos de direção da universidade de Buenos Aires, foram, na mesma medida, perdendo contato com os demais membros do grupo: “Custava entender que as propostas que surgiam por consenso no seio do grupo não lograssem avançar, que fosse necessário negociar na Regional com outros grupos da ‘Franja’” (Mariela). Recordando esse período, um entrevistado afirmou que “muitas vezes sentíamos que a informação que nos chegava era insuficiente, que não sabíamos o que se estava negociando” (Marisa).

Como já dissemos, a partir das eleições nacionais de outubro de 1983, o grupo passou a ser indenticado como “oficialista”. O governo designou um Reitor Normalizador que assumiu ao final de 1983 e ficou encarregado de conduzir o processo que levaria à reinstauração da autonomia universitária, com autoridades eleitas por representantes do corpo docente, dos graduados e dos estudantes. O grupo que estamos estudando, como os demais pertencentes à “Franja Morada” apoiou, em suas linhas gerais, os projetos apresentados pelo Ministério de Educação e pela Reitoria, em termos de política educacional. Entre 1984 e 1986 (quando terminou o processo de normalização) estes grupos tiveram uma importância significativa no debate de uma série de questões especificamente universitárias, por exemplo, desde as discussões sobre as demandas de ingresso irrestrito à universidade, a implementação de um ciclo básico comum, até questões vinculadas à eliminação de pagamento de matrículas e demandas por aumento orçamentário. Especialmente importante foi o apoio dos grupos de “Franja Morada” à lei do Congresso que possibilitava a revisão dos concursos docentes realizados durante a ditadura, sob condições que estavam distantes de garantir o pluralismo ideológico e com muitos docentes no exílio.

Mas, como já vimos, desde o final de 1983 tornou-se especialmente difícil a atuação do grupo na Faculdade de Filosofia e Letras: “Estávamos muito fracos na faculdade e não sabíamos bem o que fazer. A oposição passa a jogar pesado no início de 1984, com o tema do ingresso irrestrito. As outras agrupações lançam uma batalha frontal contra o Ministério da Educação e o Governo. Todos divergem da normalização encaminhada pela Reitoria, menos nós, que temos que pôr a cara... A posição de oficialistas foi muito difícil” (Leandro). A frente de oposição estava liderada em Filosofia e Letras por uma setor da Juventude Universitária Intransigente, agrupação vinculada ao Partido Intransigente, que foi crescendo, a partir de 1984, ao ponto de ganhar as eleições desse ano no Centro Estudantil.

## 9 Alguns Comentários a Modo de Conclusão

Em primeiro lugar, convém indicar expressamente que abandonamos, neste estudo, a perspectiva do "Movimento Estudantil" como um todo. Em parte isto se deve à dificuldade crescente para conceber este movimento como um macro sujeito sem distinções internas significativas. Como vimos, este fenômeno de diferenciação começou a manifestar-se claramente aos finais dos anos 50. Em meados dos anos 70 ele se aprofunda e complexifica muito mais. Isto parece não apenas exigir que se substitua certa "unidade de análise" por outra menor, mas que se esboce outro enfoque capaz de **problematizar o caráter supostamente "dado" das identidades sociais e políticas.** O presente estudo caminha nessa direção.

Em segundo lugar, esta exploração sobre o ativismo estudantil, sob condições bastante adversas, faz-nos perceber que estas formas de ação e organização, sob tais circunstâncias, só são viáveis quando os sujeitos que as decidem sentem-se pessoalmente levados a **arriscar apostas muito altas** - que geralmente sustentam-se em valores mais altos que qualquer pragmatismo, sem que por isto relacionem-se com algum fundamentalismo. Vimos como alguns ativistas **avaliavam os indícios de certa abertura em curso.** Com base nessas avaliações, estimaram que havia condições de partir de formas de organização mais latentes para práticas mais ofensivas. De todo modo, os riscos continuavam consideravelmente elevados, especialmente quando se leva em consideração que quem os assumia não tinha nenhuma segurança sobre os rumos e o desenlace dessa suposta abertura.

Em terceiro lugar, a interpretação predominante acerca do início da transição política na Argentina é de que começou em 1982, a partir da derrota nas Malvinas. Num sentido, isso é verdade. Mas não se deve obscurecer o fato de que **houve outros projetos prévios de transição.** O nosso estudo capta, a nível "local", alguns ecos e vestígios dessas tentativas. A visão predominante tende a supor uma "teleologia" evolutiva na ordem dos processos de transição. Algo que também costuma projetar-se sobre as direções adotadas pelas formas de organização e ação local.

Vimos como já em 1980, quando parecia "reprimido" (desde uma perspectiva posterior à guerra das Malvinas), o grupo estudado, como tantos outros, estava se organizando e resistindo ao terror imposto pelo regime autoritário. Mas é fácil perceber para onde se orientavam as suas ações dessa época. Vimos que o grupo se interessava pela reabertura do Centro Estudantil, embora alguns entrevistados indiquem que careciam de "objetivos claros". De fato, o grupo preparava-se, então, para uma transição que não foi aquela que terminou acontecendo. Logo ocorreu um período de descontinuidade (1981), e finalmente o grupo se integrou à mobilização social mais visível, iniciando a "transição" que todos os argentinos conhecem.

Em quarto lugar, é significativa a preocupação dos membros do grupo pela **autonomia**, indicada em sua vontade de diferenciar-se face a outros grupos dotados de claras identidades político-partidárias. Mas também observamos que este grupo foi obstaculizado mais de uma vez pelas dificuldades inerentes a esse projeto de autonomia. Contudo, atrevemo-nos a sugerir que tais dificuldades existiram porque o grupo nunca se resignou a viver isolado, recluso numa posição supostamente “independente”. De diversas maneiras, esteve sempre presente em alguns dos seus membros o esforço para tomar parte nos processos mais globais, que claramente ultrapassavam os limites do grupo.

Em quinto lugar, a vinculação do grupo com um partido político tem alguns aspectos que provavelmente convém sublinhar. Por um lado, ficou claro que o grupo reconstituiu-se em 1982, a partir da **Intervenção de um agente externo**. Mas os dilemas relacionados à identidade e autonomia persistiram. Prova disso foi o primeiro fracionamento do grupo, quando este finalmente se vincula organicamente ao Partido Radical. Depois ocorreu a segunda divisão, relacionada à dinâmica interna do grupo, ao grau de institucionalização alcançado e às tarefas que enfrentou em 1983 - que pareceram incompatíveis com as expectativas de alguns membros.

Por fim, cremos que a maneira de envolvimento do grupo nas duas campanhas (eleições do Centro de Estudantes e eleições nacionais) oferece contribuições interessantes, pois apresenta um relato muito eloquente, desde um ângulo bem localizado, da **complexa dinâmica entre democratização social e democratização política durante a transição**.

## Nota

<sup>(1)</sup> A fonte principal de informação é uma série de entrevistas realizadas em outubro e novembro de 1989, com quatro pessoas que, entre 1980 e 1984, foram membros deste grupo. Também complementamos a informação com entrevistas a membro de outro grupo da mesma faculdade, que estava ativo nesse período.

## Referências Bibliográficas

- BONVAVENA, Pablo. "Militância Estudiantil y Derechos Humanos". Proyecto de Investigación, Buenos Aires, UBA/Instituto de Sociología, 1990 (mimeo).
- CIRIA, Alberto e Sanguinetti, Horacio. La Reforma Universitaria. Buenos Aires, CEAL, 2 vols., 1983.
- CÚNEO, Dardo (Org.). La Reforma Universitaria (1918-1930). Caracas, Biblioteca Ayacucho, 1948.
- GORLIER, Juan Carlos. "Crisis in a Traditional Form of Student Participation", University of Massachusetts, 1989 (mimeo).
- LEVENBERG, Ruben e MEROLLA, Daniel. Un Solo Grito: Crónica del Movimiento Estudiantil Universitario de 1918 a 1988. Buenos Aires, Editorial FUBA, 1988.
- ROMERO, José. "El Ensayo Reformista". Perspectiva Universitaria. Buenos Aires, Junho de 1978: 38-46.
- Secretaría de Planeamiento, Dirección de Estadística Universitaria. "Informe Anual", Buenos Aires, UBA, 1988.
- TOER, Mario. El Movimiento Estudiantil: de Perón a Alfonsín. Buenos Aires, CEAL, 2 vols., 1988.
- Como son los Estudiantes? Perfil Socioeconómico u Cultural de los Estudiantes de la Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires, Catálogos-ECA, 1990.